

# SERTÃO DESCONHECIDO? A REPRESENTAÇÃO DO “OESTE PAULISTA” NO *MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO* (1841)<sup>1</sup>

José Rogério Beier <sup>2</sup>

**Resumo:** Partindo do pressuposto de que os mapas exercem influência social, tanto a partir do que descrevem ou enfatizam, quanto através de seus silêncios e omissões, este trabalho tem por objetivo refletir acerca da representação de uma vasta região localizada no chamado “Oeste Paulista” como um grande espaço vazio sobre o qual foi inserida a expressão “Sertão desconhecido” no *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (1841). A partir do recurso à história da cartografia, em conjunto com a análise do contexto político e econômico de São Paulo durante a primeira metade do século XIX, buscou-se evidenciar as relações entre o uso da expressão “Sertão desconhecido” em mapas do período, e as diferentes práticas e políticas indigenistas então vigentes que visavam, sobretudo, assimilar as populações indígenas dispersas pelo território no intuito de se apropriar de suas terras.

**Palavras-chave:** Cartografia de São Paulo; Populações indígenas; Políticas indigenistas, Século XIX.

## UNKNOWN HINTERLAND? THE REPRESENTATION OF THE “OESTE PAULISTA” IN THE *MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVINCIA DE SÃO PAULO* (1841)

**Abstract:** Assuming that maps exert social influence both from what they describe or emphasize as through their silences and omissions, this paper aims to reflect on the representation of a vast region located on the western part of the São Paulo Province as an empty space described with the expression “Unknown hinterland” in the *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (1841). From the research on the history of cartography, together with the analysis of the politic and economic context of São Paulo during the first half of the nineteenth century, this paper intends to show the relationships between the use of the term “Unknown hinterland” on the maps of the period and the different indigenists practices and policies in use then which intended, above all, to assimilate indigenous populations scattered throughout the territory in order to take ownership of their lands.

**Keywords:** São Paulo cartography; Indigenous population; Indigenists policies; 19<sup>th</sup> century.

---

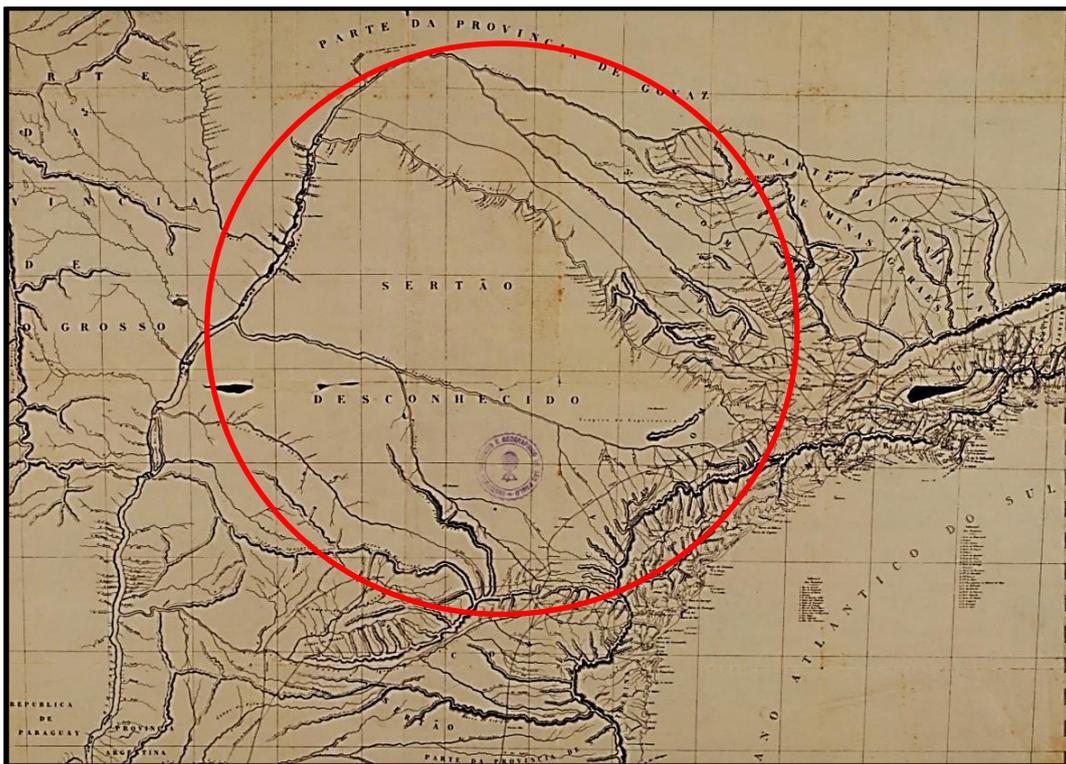
<sup>1</sup> O presente texto é parte integrante de minha dissertação de mestrado sobre o uso de uma estatística e um mapa provincial pela elite política paulista na produção do espaço da Província de São Paulo durante o período regencial. A dissertação encontra-se em fase de conclusão e deve ser defendida no primeiro trimestre de 2015.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A pesquisa foi financiada por uma bolsa Fapesp, a quem o autor aproveita a oportunidade para agradecer. E-mail: [rogerio.beier@usp.br](mailto:rogerio.beier@usp.br).

## Introdução

Um dos aspectos que mais chama a atenção de quem observa o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841) é, seguramente, a representação de uma vasta área localizada no chamado “Oeste Paulista” como um grande vazio, sobre a qual foi inserida a expressão “Sertão desconhecido”. Ao analisar esta carta, o historiador Affonso d’Escragnole Taunay considerou que seu autor representara a região daquela maneira em razão das poucas informações geográficas disponíveis à época sobre o interior da Província. Para Taunay, aliás, essa carência de informações também justificava os muitos equívocos cometidos pelo cartógrafo ao representar o interior da Província paulista, em especial, os cursos dos rios (TAUNAY, 1922: 7).

**Figura 1:** Detalhe do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841), com destaque para a área identificada como “Sertão desconhecido”.



**Fonte:** *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 100 x 72 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A respeito deste mapa, é importante que se destaque que o mesmo foi encomendado pela Assembleia Legislativa Provincial logo no seu primeiro ano de funcionamento, em 1835, tendo sido incumbido ao engenheiro militar luso-brasileiro Daniel Pedro Müller (1785-1841).

Nascido em Oeiras, próximo a Lisboa, aos 26 de dezembro de 1785, Daniel Pedro Müller assentou praça como cadete do regimento de artilharia da corte, em 1795, tendo cursado as aulas da Real Academia de Marinha e, também, da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho. Não contava 17 anos de idade quando foi enviado a então Capitania de São Paulo como ajudante de ordens do capitão general Antônio José da Franca e Horta, em 1802. Permaneceu neste cargo até 1811, quando se transferiu ao Real Corpo de Engenheiros.

Entre 1811 e 1822, período que permaneceu em São Paulo, realizou diversas obras como a estrada do Piques (atual Rua da Consolação), a ponte do Carmo e a pirâmide e chafariz do Piques (atual Largo da Memória, no Anhangabaú). Em 1822 participou do motim que ficou conhecido como a “Bernarda de Francisco Inácio”, tendo sido exilado da cidade em decorrência da devassa contra os líderes do movimento. Três anos mais tarde participou da guerra movida pelo Império do Brasil contra Buenos Aires, tendo sido enviado a Montevideu no posto de brigadeiro, onde foi comandante daquela praça. Restabelecida a paz, regressou ao Brasil, onde foi designado ao comando da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, permanecendo nesta corte até a obtenção de sua reforma do serviço militar, em 1829, no posto de marechal de campo reformado.<sup>3</sup>

Na década de 1830, Müller retorna a São Paulo, onde foi bem recebido pela administração provincial, que passa a lhe encomendar diversos trabalhos. Em 1835, a Assembleia Legislativa Provincial encomenda a Müller a confecção de uma estatística atualizada para a Província, na qual deveria ser encartada uma carta geográfica, justamente o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Nesta época, Müller já possuía bastante experiência na elaboração de mapas.<sup>4</sup> Mais que isso, por conta das posições que ocupou na administração paulista desde o princípio do século, conhecia profundamente a cartografia manuscrita produzida ainda no tempo da Capitania de São Paulo, especialmente os mapas elaborados desde o último quartel do século XVIII por

---

<sup>3</sup> Para detalhes pormenorizados acerca da biografia de Daniel Pedro Müller, ver estudo realizado por José Rogério Beier sobre a trajetória de Daniel Pedro Müller e sua contribuição para a transição da engenharia militar para a engenharia civil na Província de São Paulo (BEIER, 2014: no prelo).

<sup>4</sup> Apenas no ano de 1815, por exemplo, Müller havia sido designado pela Coroa a levantar um mapa para a comarca de Curitiba e Campos de Guarapuava, além de uma carta geográfica e estatística da capitania de São Paulo a imitação de um famoso cartógrafo francês conhecido como “Mr. Le Sage” (TAUNAY, 1922: 7).

engenheiros militares a serviço da Coroa, tais como Antônio Rodrigues Montezinho (17??-1829) e João da Costa Ferreira (1750-1822).<sup>5</sup>

Após trabalhar dois anos na elaboração de sua carta, Müller concluiu o desenho original e entregou-o à administração provincial, em 1837, para que a mesma fosse litografada no Rio de Janeiro. No entanto, por razões técnicas e pela falta de recursos para se litografar uma carta nas dimensões daquela realizada por Müller, a mesma tardaria ainda quatro anos até que fosse finalmente impressa nas oficinas de Alexis Orgiazzi, em Paris, no ano de 1841.<sup>6</sup>

Para o historiador Airton José Cavenaghi, em instigante trabalho no qual analisa a formação territorial da Província de São Paulo a partir da produção cartográfica do território paulista no século XIX, o uso da expressão “Sertão desconhecido” na carta de Müller seria fruto, mais do que da referida falta de informações geográficas dos chamados sertões, mencionada por Taunay, “de um isolamento existente na Província em relação às suas localidades, quer pela precariedade dos elementos de comunicação, como estradas, quer pela falta de interesse nesse processo”, de tal forma que o desconhecimento da administração provincial em relação ao interior paulista se explicaria pela permanência de um modelo de ocupação territorial que vinha do período colonial, marcado pelo isolamento das grandes propriedades agrícolas. (CAVENAGHI, 2003: 288).

No entanto, talvez pelo foco de sua análise centrar-se sobre outras questões, seu texto pouco avança na exploração das relações existentes entre a representação cartográfica de Müller e a questão da apropriação das terras indígenas pelo Estado através das diferentes práticas e políticas indigenistas em vigor na América portuguesa desde meados do século XVIII. Também pouco trata dos interesses da elite provincial – recém-aparelhada na Assembleia Legislativa e com competência para legislar sobre a “catequização” e “civilização” dos indígenas –, na apropriação daquelas terras.

Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, um dos pré-requisitos para que a História passe também a considerar a dimensão visual presente no todo social seria a organização de um quadro de referenciais, informações, problemas e instrumentos conceituais e operacionais relativos a três grandes feixes de questões: o visual, o visível

---

<sup>5</sup> Para dados pormenorizados acerca dos perfis biográficos dos engenheiros Antônio Rodrigues Montezinhos e João da Costa Ferreira, ver estudo realizado por Benedito de Lima Toledo sobre o Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo (TOLEDO, 1981: 91-95).

<sup>6</sup> Para uma reconstituição do processo de elaboração do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, desde sua encomenda, até sua impressão e circulação, ver artigo de José Rogério Beier reconstituindo a trajetória do primeiro mapa impresso da Província de São Paulo (BEIER, 2013: p. 1-18).

e a visão. “O visível representa o domínio do poder e do controle, o ver/ser visto, dar-se/não se dar a ver, isto é, os objetos de observação obrigatória assim como os tabus e segredos, as prescrições culturais e sociais e os critérios normativos de ostentação ou discricção” (MENESES, 2005: 34-36). Por sua vez, o britânico J. B. Harley enfatizava que os mapas exercem uma influência social tanto através de suas omissões como por meio daquilo que descrevem ou enfatizam. Não por acaso, em um de seus ensaios dedica-se a tratar do diálogo que surge sobre a supressão, intencional ou não, de informações nos mapas: “a teoria do silêncio cartográfico” (HARLEY, 2005: 113-140).

Assim, este trabalho parte do pressuposto de que a representação cartográfica de áreas sabidamente habitadas como um grande vazio e identificadas como “desconhecidas” traz consigo elementos discursivos muito claros que buscam atender aos interesses de quem encomendou a confecção daquela carta. Discursos que, longe de serem neutros, como sugerem a técnica e a cientificidade empregada na confecção dos mapas, ocultam-se justamente nos silêncios da carta, isto é, naquilo que não se pode ou que não se deseja mostrar.

Portanto, é com base nesses referenciais que se propõe a seguir, iniciar a reflexão sobre as relações entre esta representação cartográfica e a questão indígena na Província de São Paulo começando com uma breve discussão do significado que o vocábulo “sertão” tinha no decorrer dos séculos XVI-XIX, explicitando alguns de seus usos práticos e ideológicos no período.

### **O sertão: significado, usos práticos e ideológicos.**

De princípio convém recordar, junto com a historiadora Dora Shellard Corrêa, que mais do que uma noção puramente geográfica, o termo “sertão” foi utilizado por viajantes, sertanistas e cartógrafos, dentre outros, como um conceito e, justamente por isso, seu sentido vem se modificando com o decurso do tempo (CORRÊA, 1997: 114). Prova disso é que, atualmente, o significado da expressão sertão difere bastante daquele empregado na documentação compulsada referentes aos séculos XVIII e XIX, como se verá adiante.

Além disso, também é importante que se diferencie as noções de espaço e território, uma vez que estas não são equivalentes. Enquanto o território, com seus contornos e limites precisos, é uma categoria histórica, construída socialmente, na qual, além de suas fronteiras naturais, possui também fronteiras políticas que,

invariavelmente, são linhas abstratas convencionadas por alguns grupos que julgam deter a soberania sobre uma área (BUENO, 2003: 482-487); o espaço, por sua vez, deve ser entendido como o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre (MORAES, 1988: 15). Assim, não é demais lembrar que unidades territoriais como impérios, reinos, províncias, capitânias, comarcas e bispados, por exemplo, são divisões que foram desenhadas e convencionadas historicamente segundo a natureza das relações sociais em jogo (BUENO, 2009: 252). Por outro lado, a noção de sertão carrega consigo uma fluidez, como apontou Corrêa. Seus limites não eram demarcados rigidamente, de modo que o sertão pode ser mais facilmente compreendido como “uma linha em constante movimento” (CORRÊA, 1997: 115).

A primeira notícia que se tem da utilização do termo remonta à famosa carta de Pero Vaz de Caminha, de 1º de maio de 1500, na qual o escrivão fazia a seguinte descrição das terras americanas ao rei português:

Esta terra, senhor, me parece que da pomta, que mais contra o sul vimos, ataa outra ponta, que contra o norte vem, de que nos d esse porto ouvemos vista, sera tamanha, que avera neela bem xx ou xxb [20 ou 25] legoas per costa. [...] De pomta a pomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa; pelo sartaão nos pareceo do mar mujto grande, porque, a estender olhos, nom podíamos ver senem terra e arvoredos, que nos parecia muy longa tera. [...] A terra em sy he de mujto boos aares asy frios e e [sic] temperados coma os d ante Doiro e Minho, porque neste tempo d agora asy os achavamos coma os de la; agoas sam mujtas infimdas; em tal maneira he graciosa que querendo a aproveitar, darseá nela tudo per bem das agoas que tem (CORTESÃO, 1994: 140).

Vê-se, portanto, que no princípio do século XVI a expressão “sartaão” era empregada para referir-se às terras que estavam para além da “praya”. Sobre estas, Caminha faz questão de destacar sua extensão, assim como a qualidade dos ares e das águas, indicando ao rei que seriam bastante aproveitáveis, se este assim o desejasse. Como bem destacou a filósofa e historiadora Glória Kok, o sertão emergia, desde o princípio, “para além do visível, um território promissor, delineado na fronteira do mito e da experiência” (KOK, 2004: 18). Era, portanto, uma construção dos portugueses ao mirarem para o interior das terras americanas a partir de suas caravelas.

Após iniciarem o povoamento da América portuguesa, a partir de 1530, e com a fundação de algumas vilas no interior do continente, como São Paulo de Piratininga (1554), os colonizadores começaram a penetrar os sertões e, mais que isso, a viver *nele* e *dele*. Ao descrever a sociedade vicentina em seus primeiros dois séculos de existência, Sérgio Buarque de Holanda caracteriza-a como uma sociedade “meio aluvial”, que

viveu por mais de dois séculos em situação “instável e imatura”, deixando maior espaço para o intercuro com a “gente nativa”. Destaca ainda, ao contrário dos núcleos surgidos no litoral nordestino que cria indivíduos sedentários, como a vocação do paulista está no caminho, que convida ao movimento (HOLANDA, 1986: 25-26).

Em artigo no qual analisa o cotidiano dos moradores da vila de Santana do Parnaíba desde sua fundação, no século XVII, a historiadora Alida Metcalf dá importante contribuição para esta discussão. Segundo Metcalf, aqueles colonos “viviam *em e entre* três mundos: a vila, o reino e o sertão”. Ao tratar das interações das famílias que viviam inseridas nesses mundos, a autora esclarece que a palavra “sertão” era então utilizada para designar:

[...] o desconhecido, a imensa vastidão. Nos mapas, o sertão especificava o interior do Brasil, os territórios sob controle dos índios e a floresta virgem que poderia ainda existir em torno dos povoamentos portugueses e entre eles. Se o reino representava um polo de um *continuum* que se estendia do Velho ao Novo Mundo, o sertão sintetizava o oposto: a América em seu estado natural. [...] Para os índios, o sertão era um mundo familiar. Os mamelucos se movimentavam facilmente entre o sertão e a vila. Mas para um recém-chegado de Portugal, o sertão parecia incompreensível. Para os portugueses, o sertão pedia para ser colonizado, explorado e transformado. (METCALF, 1996: 420-421).

Partindo desta análise, a autora defende em seu artigo como o sertão dominava a vida na vila no início do século XVII e, também, como toda a economia era baseada em sua exploração. Com o passar dos séculos, mesmo que a fronteira do sertão fosse se expandindo e ficando cada vez mais distante, ele continuou a ser a principal fonte de riqueza dos paulistas, muito embora o estilo de vida na vila começasse a sofrer maior influência do reino. Destarte, se nos séculos XVII e XVIII “o mundo do sertão eclipsou a vida na vila”, no século XIX, por conta da “itinerância do sertão”, sua presença e atração haviam sumido, conduzidos pelos valores do reino que tornavam núcleos de povoamento antigos, como a vila de Santana do Parnaíba, muito mais parecidas com o próprio reino do que com o sertão (METCALF, 1996: 432).

Cabe observar, no entanto, que dicionários publicados no princípio do século XVIII, por exemplo, registravam apenas o sentido geográfico do termo. Exemplo disso é o “Vocabulário portuguez e latino: áulico, anatômico, architectonico...”, publicado pelo padre Raphael Bluteau a partir de 1712, no qual o vocábulo “sertão” era descrito como qualquer “região apartada do mar e por todas as partes metidas entre terras” (BLUTEAU, 1720, v. 7: 613). Por esta razão, se faz necessário recorrer a cronistas,

viajantes e demais documentos produzidos no período para resgatar os usos práticos e ideológicos associados ao termo.

Segundo Dora Shellard Corrêa, viajantes e sertanistas que faziam expedições para os sertões durante o século XVIII e XIX, talvez movidos pelo medo da natureza selvagem ou do índio que vivia em meio às matas, faziam uma oposição bastante marcada entre “selva” e “civilização” em seus relatos de viagem. Mais que isso, a autora observa que estes cronistas descreviam os sertões como um espaço deserto ao mesmo tempo em que diziam estar “infestados de índios”, revelando uma incoerência entre o mundo observado e o sabido (CORRÊA, 1997: 112-113). No entanto, como bem aponta Corrêa, a descrição contida nos relatos dos cronistas era feita com base “na paisagem mirada” e, desta forma, era esta quem se mostrava deserta para o explorador. Nesta paisagem o índio não era visto, ou melhor, os europeus não consideravam a forma de vida daquelas populações um meio possível de subsistência física e cultural. Assim, essa natureza desconhecida, que ainda não havia sido dominada e que atemorizava muitos colonizadores, representava a antítese daquilo que se idealizava como paisagem ideal para o convívio social. Contrapunham-se, desta forma, sertão e fazenda ou cidade; índio e “civilização” (CORRÊA, 1997: 113-114).

A partir desta ideia, Corrêa defende que o sertão é “uma paisagem elaborada por sociedades vivendo em espaços diversificados e nada estáticos”. Em sua caracterização do sertão dos séculos XVIII e XIX, defende se tratar de um espaço que não era necessariamente coberto por matas, mas que era reconhecidamente de domínio indígena e, portanto, hostil aos colonizadores. Seus limites eram fluidos e, por esta razão, não podiam ser demarcados rigidamente. Tais limites eram mais facilmente compreendidos como “uma linha em constante movimento” e quem “moldava o sertão”, isto é, “quem era o seu senhor, eram os grupos indígenas”. O descobrimento destes sertões por parte dos “brancos” representava o fim do sertão (CORRÊA, 1997: 114-116).

Se por um lado, as abordagens propostas por Metcalf e Corrêa descrevem o sertão como “a América em seu estado natural” e um espaço dominado pelas populações indígenas que nele habitavam, por outro também é possível verificar que se tratava de um espaço dinâmico que sofria a influência de outros agentes sociais com os quais ele interagira. Além do índio, importante papel desempenhavam na transformação do sertão o mameluco e o português, cada qual, mais ou menos adaptado à vida naquele espaço. A maior ou menor interação destes agentes com o sertão ia transformando-o através do tempo, diminuindo sua importância ou, até mesmo, extinguindo-o. Assim,

seus limites eram transportados para mais além, onde as promessas de riqueza e poder atraía novamente portugueses e mamelucos para darem início a um novo processo de penetração, descoberta e conquista dos sertões.

Esta compreensão mais aprofundada sobre o significado do termo “sertão”, bem como alguns de seus usos práticos e ideológicos no decorrer dos séculos XVI-XIX, contribui para que se compreenda melhor o uso e as intenções que a expressão “Sertão desconhecido” terá nos mapas elaborados a partir do último quartel do século XVIII, assim como sua relação com os espaços onde viviam as diferentes populações indígenas.

A seguir, parte-se à investigação da história da cartografia paulista no intuito de localizar em que momento se começou a identificar partes do território de São Paulo como “Sertão desconhecido” para, em seguida, relacionar este momento com o contexto político e socioeconômico da Capitania, depois Província.

### **Representações cartográficas do “Oeste Paulista” como “Sertão desconhecido” (1793-1847)**

Ao voltar o foco da análise ao uso que Daniel Pedro Müller fez da expressão “Sertão desconhecido” para designar uma área localizada na porção Oeste do território paulista, deve-se ressaltar que embora esta expressão apareça com grande destaque em sua carta, e que esta, por sua vez, percorreu um circuito mais amplo do que as cartas manuscritas do período anterior, tendo influenciando cartógrafos, litógrafos e gravadores da segunda metade do século XIX, tal termo não foi criado por Müller ou, tampouco, foi ele o primeiro a empregá-lo nos mapas de São Paulo. Cartas manuscritas elaboradas desde o último quartel do século XVIII já traziam essa expressão para referir-se àquela região, como pode se observar nos trechos de cartas destacadas a seguir.

**Figura 2:** Detalhe da versão fac-símile da *Carta Chorographica da Capitania de São Paulo* (1793).



**Fonte:** *Carta Chorographica da Capitania de São Paulo*. 1 mapa, ms.: 57 x 82 cm. In: MUSEU PAULISTA. *Collectânea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'EscragnolleTaunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

Nesta carta manuscrita, datada de 1793, cuja autoria foi atribuída a João da Costa Ferreira (TAUNAY, 1922, p. 6), verificam-se duas grandes áreas designadas como “Sertão desconhecido” na porção Oeste da então Capitania de São Paulo. Uma localizada na margem esquerda do rio Paraná, entre os rios Tietê e Paranapanema, e a outra na margem oposta daquele mesmo rio, já na Capitania do Mato Grosso, junto a “Serra do Amambaya”.

No século XIX, em outra carta manuscrita cujo original também foi desenhado por João da Costa Ferreira, em 1811, o termo “Sertão desconhecido” reaparece sobre os mesmos locais destacados na carta anterior, como demonstra a figura 3.

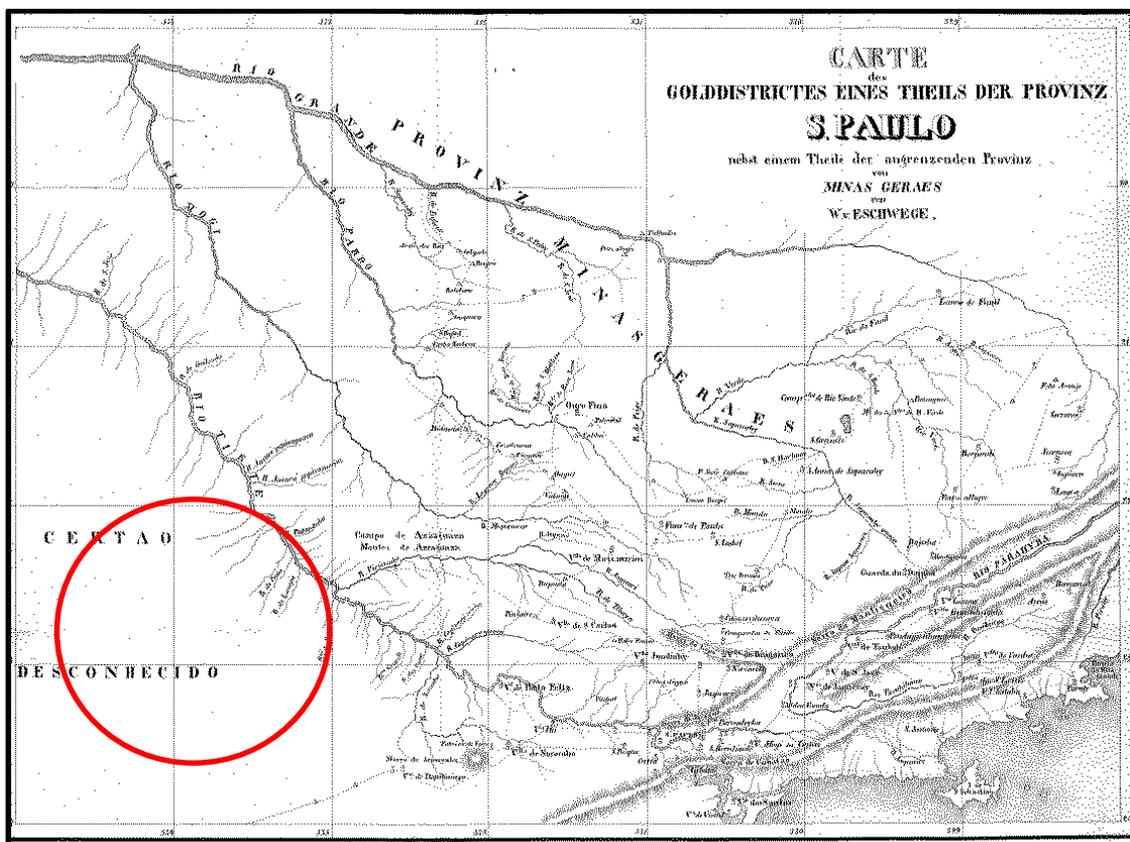
**Figura 3:** Detalhe do *Mappa da Capitania de São Paulo* copiado pelo Barão de Eschwege do original do tenente-coronel de engenheiros João da Costa Ferreira.



**Fonte:** *Mappa da Capitania de São Paulo ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Engº Guilherme, Barão de Eschwege*. 1817. 1 mapa, ms. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

Por fim, duas décadas mais tarde, e apenas quatro anos antes de Müller concluir o desenho de sua carta, o geólogo e geógrafo de origem germânica Wilhelm von Eschwege (1777-1855), publica em Berlim a primeira edição de seu *Pluto Brasiliensis*, em 1833. Nesta obra, o Barão de Eschwege encartou um mapa impresso intitulado *Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes von W. v. Eschwege*, no qual vê-se a representação de uma parte da Província de São Paulo, como indica seu título.<sup>7</sup> Nesta carta a expressão “Certão desconhecido” também é empregada para identificar terras localizadas na margem esquerda do rio Tietê, tal como destaca a figura 4.

**Figura 4:** Mapa do distrito aurífero de parte da Província de São Paulo com uma parte da Província limítrofe de Minas Gerais, por W. von Eschwege (1833).



**Fonte:** Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes von W. v. Eschwege. 1 mapa, impr: 32,1 x 23,1 cm In: Wilhelm von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*. Berlim: Reimer, 1833, 633p.

<sup>7</sup> Segundo tradução gentilmente oferecida pelo professor Friedrich E. Renger: Mapa do distrito aurífero de parte da Província de São Paulo com uma parte da Província limítrofe de Minas Gerais, por W. von Eschwege.

SERTÃO DESCONHECIDO? A REPRESENTAÇÃO DO “OESTE PAULISTA” NO  
*MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO* (1841)

Fica evidente, portanto, que a mesma região identificada por Daniel Pedro Müller como “Sertão desconhecido”, já vinha sendo descrita sistematicamente da mesma forma por outros cartógrafos com pelo menos 44 anos de antecedência. Assim, sem dúvida pode-se afirmar que a representação de Müller, ao invés de uma ruptura, trata-se muito mais da permanência de uma prática de representação cartográfica de territórios localizados no interior das províncias, que vinha sendo adotada em São Paulo desde o fim do século XVIII.

No entanto, cabe lembrar que diferentemente dos mapas produzidos anteriormente, este foi o primeiro mapa impresso a representar toda a província. Suas cópias circularam não só entre órgãos da administração provincial e da corte, mas também entre academias de ciências, como o IHGB, intelectuais e viajantes, como Sir Richard Francis Burton, por exemplo. Tal fato certamente contribuiu para que algumas das representações contidas nesta carta se transformassem em modelos a serem reproduzidos na elaboração de novas cartas do território paulista durante a segunda metade do século XIX. No caso específico da representação do “Oeste Paulista” como uma região “desconhecida”, por exemplo, verificou-se que já em 1847, a *Carta Topographica da Província de São Paulo* deu continuidade a esta prática, como destaca a figura 5.

**Figura 5:** Detalhe da *Carta Topographica da Província de São Paulo*, litografada por Victor Larée (1847).



**Fonte:** *Carta Topographica da Província de São Paulo*. 1847. 1 mapa: 62 x 49,5 cm, litografado. Firmin Didot Irmãos, Belin Le Prieur & Morizot: Rio de Janeiro. Bibliothèque Nationale de France. Paris.

Litografada por Victor Larée, no Rio de Janeiro, esta carta traz a expressão “Terrenos desconhecidos” sobre a área localizada entre os rios Tietê e Paranapanema, tal como já ocorrera nos mapas de Müller (1841), Eschwege (1833) e Ferreira (1811 e 1793). Contudo, deve-se notar que houve a troca da expressão “Sertão desconhecido” por “Terrenos desconhecidos”. Esta última forma, talvez, tenha sido preferida na tentativa de estimular a incursão de colonos naquela área que, àquela altura, começava a ser ocupada por migrantes que vinham das Minas Gerais, em sua maior parte, tal como esclarece o geógrafo francês Pierre Mombeig, em sua clássica obra sobre os pioneiros e fazendeiros de São Paulo (MOMBEIG, 1998: 133).

### **Populações indígenas sob o “Sertão desconhecido”**

Já é bastante conhecido que desde o século XVII expedições de sertanistas e/ou agentes da administração colonial devassaram, de um lado a outro, o território da Capitania de São Paulo. Impulsionados por diferentes motivos como a captura de índios, a busca por jazidas de ouro, ou ainda, o comércio com outras capitanias, estas diversas viagens acabaram por resultar na elaboração de uma série de documentos descrevendo o que estes viajantes encontravam pelo caminho, bem como a região pela qual viajaram. Como apontou Corrêa, antes mesmo que estas terras fossem apropriadas, já existia uma documentação descrevendo-as (CORRÊA, 1997: 124).

São diários e relatos de viagem, itinerários, correspondências oficiais, croquis, plantas e diversos mapas, dentre outros, que indicavam detalhadamente como navegar pelos rios, a localização de saltos e cachoeiras que deveriam ser evitados, montanhas que podiam conter alguma riqueza mineral a ser explorada ou, ainda, o local onde viviam populações indígenas, a que grupo estas populações pertenciam e se tais índios eram hostis ou “mansos” ao contato com a população não índia. Todos estes documentos estão repletos de exemplos interessantes de como já se conhecia a presença de grupos indígenas habitando os sertões paulistas.<sup>8</sup>

Um exemplo que poderia ser citado é o relato da viagem de São Paulo a Cuiabá, no ano de 1751, que fez o então governador da Capitania do Mato Grosso, D. Antônio

---

<sup>8</sup> O já mencionado trabalho de Glória Kok tem um capítulo intitulado “Roteiros e Mapas do Sertão”, dedicado exclusivamente a esta documentação. Trata-se de uma importante série documental que, no âmbito do processo de apropriação territorial ocorrido entre os séculos XVII e XVIII, contribui para demonstrar, como ela mesma diz, “o papel fundamental dos sertanistas no que tange à elaboração do conhecimento da topografia, da localização das tribos indígenas, dos quilombos, das vilas, dos caminhos, e, sobretudo, desse impreciso sertão itinerante” (KOK, 2004: 16).

Rolim de Moura Tavares, o Conde de Azambuja (1709-1782). Neste relato, Rolim descreve a presença do gentio Caiapó em um local conhecido como Sanguessuga, assim como em todo entorno do rio Pardo. Além dos Caiapó, também aponta a existência de outros grupos:

[...] deste rio [Taquari] para diante, há perigo de se encontrar gentio cavaleiro e paiaguá, costumam as tropas esperar nele uma pelas outras, pela facilidade de se manterem com caça; e dali vão juntas em conserva das canoas de guerra que vão sempre a Cuiabá, escoltando as que saem e para conduzir as que vêm (VILHENA, 1977: 127-128).

A partir deste relato vê-se que não só as autoridades, mas todos os que participavam das famosas “monções”,<sup>9</sup> tinham notícias dos locais onde viviam e circulavam as diferentes populações indígenas da região. Mais que isso, já havia práticas de navegação como estratégia de defesa contra os ataques movidos por aqueles grupos indígenas.

Outro agente da administração colonial que, em viagem pelo interior da Capitania, relatou a presença de índios na região Oeste de São Paulo foi José Custódio de Sá e Faria (1710-1792), um dos engenheiros militares portugueses mais importantes na América, segundo a historiadora, arquiteta e urbanista Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (BUENO, 2009: 127-148).<sup>10</sup>

Incumbido pelo então Secretário de Estado português, Martinho de Melo e Castro, o brigadeiro Sá e Faria deveria dirigir-se a São Paulo e de lá ao forte Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi. Desta viagem, realizada entre os anos de 1774-75, Sá e Faria deixou mapas fluviais, mapas da região e, também, um diário no qual relata as dificuldades da realização de uma viagem tão longa como aquela.<sup>11</sup> Em seu diário Sá e Faria dava notícias sobre a presença de certo grupo de “índios bárbaros” que povoavam a região. No dia 09 de novembro de 1774, após terem ultrapassado o rio Aguapeí, aportaram na barra do rio Verde com o Paraná, onde pousaram para seguir viagem no dia seguinte. Já aos 10 de novembro, Sá e Faria relata:

---

<sup>9</sup> Frotas comerciais que desciam o rio Tietê partindo do porto de Ararituaba (atual Porto Feliz), em direção a cidade de Cuiabá.

<sup>10</sup> Para dados pormenorizados acerca da biografia de José Custódio de Sá e Faria, além do trabalho já referido de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, ver também o estudo sobre o Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, realizado por Benedito Toledo (TOLEDO, 1981: 48-52).

<sup>11</sup> Da cidade de São Paulo ao porto de Ararituaba, a viagem era realizada por terra, margeando o rio Tietê, e levava cerca de três dias. Já o percurso fluvial podia levar até dois meses para ser realizada: trinta dias para descer o encachoeirado rio Tietê desde Ararituaba até sua barra com o rio Paraná; mais dez dias para descer este último até sua barra com o rio Iguatemi; e outros dez dias para atingir a fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi, localizada nas margens deste rio (BUENO, 2009: 130).

Sahimos do pouso antecedente ás 5 horas e 34 minutos, e ás 6 horas e 15 minutos saímos do braço ocidental d'onde desagua o rio Verde, e navegamos pelo rio Parana; ás 7 horas deixamos á esquerda duas ilhas: a da parte ocidental pequena, e da oriental maior. Ás 8 horas e 10 minutos chegamos à paragem d'onde antigamente esteve um sítio de um Manoel Lopes, o qual, estando em povoado os índios bárbaros, lhe mataram os escravos e queimaram as casas (SÁ E FARIA, 1876: 256).

Para a antropóloga Sílvia Helena Simões Borelli, estas seriam as primeiras notícias da presença de Kaingang em São Paulo. Trata-se de um grupo Jê, Tapuia ou Guaianá, cuja origem, segundo esta antropóloga, é difícil de ser precisada.<sup>12</sup> Sabe-se, porém, que no século XVII uma parte desses Kaingang encontrava-se estabelecida na margem esquerda do rio Paraná, entre os rios Aguapeí e Peixe (BORELLI, 1984: 58-60).

Anos mais tarde, nesta mesma região, há registros da presença do padre Manuel Ferraz de Sampaio Botelho que, em 1810, teria sido o primeiro missionário a estar entre os Kaingang estabelecidos no curso inferior do rio do Peixe. Segundo os relatos deste padre, recolhidos e publicados por Fausto Ribeiro de Barros, após uma longa viagem pelos rios Tietê e Paraná e de navegar pelo curso do rio do Peixe, o padre Botelho encontrou um numeroso grupo de Kaingang, com os quais, segundo ele:

[...] não pude falar pela timidez da minha gente, que não passando de 8 pessoas capazes de pegarem em armas [...] fugirão todos, deixando-me no meio desses bárbaros com dois camaradas somente; e por isso voltei. [...] Encontrei os Gentios Goanhanaz que vindos das partes do rio Paranapanema estão infestando com suas vivendas os matos, e campos adjacentes a este rio Tyethé da parte meridional (BARROS, 1950: 44-45).

Esses “gentios goanhanaz”, a quem se refere o padre Manuel Ferraz Sampaio Botelho, são os temidos Kaingang que, no decorrer da segunda metade século XIX, oporão grande resistência ao avanço da ocupação daquela porção do território paulista, desde as primeiras escaramuças com os criadores de gado que começaram a ocupar a região na década de 1840, até os diversos massacres sofridos por esta população indígena em decorrência da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nos primeiros anos do século XX.

Além dos relatos de agentes da administração e viajantes, como os destacados acima, também podem ser citados os itinerários de viagem, que eram documentos

---

<sup>12</sup> Os Kaingang paulista tem uma “origem nebulosa, agregada a uma denominação diversificada. [...] Através da investigação histórica torna-se difícil precisar se esses índios são originários do próprio Estado de São Paulo [sic] ou se migraram de outras regiões do país” (BORELLI, 1984: 58).

elaborados não só para descrever o percurso realizado entre um ponto e outro de um caminho, mas também indicar a localização de divisas entre capitanias, dos rios, florestas, campos, matos e sertões, bem como a presença de índios no entorno da rota percorrida. Um destes itinerários, elaborado em 1794, descrevia o caminho que ia da então capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul até a cidade de São Paulo. Nele, seu autor dá conta da presença de grupos indígenas vivendo na porção sudoeste da capitania paulista, na região dos denominados “Campos Geraes”, próximo a Curitiba:

[...] Deste lugar principião os campos chamados Geraes. Todos povoados de estancias para o lado da serra ou Oriente em que crião toda classe de animais. Há porém para o Occidente na extremidade do campo, matos densos em que habitão frequentemente os infieis que costumão fazer grandes extorsões a estes vizinhos, por cuja causa os que vivem aqui estão sempre em guarda, e tem um campo mais definido no qual conservão os maiores estabelecimentos, denominado Guarapuava (ITINERÁRIO, 1858: 312).

Este itinerário tem outra passagem bastante interessante na qual se descreve, precisamente, os limites de um sertão localizado ao Sul da vila de Curitiba:

[...] o primeiro mato, chamado O Espigão até sahir aos chamados nove Campestres tem cinco léguas. Este é o princípio do sertão. Estes Campestres tem nove restingas que os dividem, e no centro o rio chamado das Canoinhas que é insignificante [...]Do Passa Três ao Campo do Tenente há um mato de duas léguas. Aqui acaba o sertão, composto todo do terreno que se tem notado; tendo de extensão entre o rumo de Norte e Nornordeste quarenta e uma legoas. Este sertão para o occidente está comprehendido entre o rio Uruguay, pela sua margem septentrional, e o rio Grande da Curitiba, pela meridional, abrangendo centenares de legoas habitadas pelos índios infieis, principalmente Popis (ITINERÁRIO, 1858: 312).

Tal passagem revela um conhecimento já sistematizado do sertão, que aparece bem delimitado em sua direção Sul-Norte, com 41 léguas de extensão e contendo referências precisas tanto de sua entrada quanto de sua saída. Mais que isso, revela ainda o conhecimento que se tinha da presença de índios vivendo nos “centenares de léguas” que se estendiam na direção Leste-Oeste daquele sertão. Não qualquer índio, mas menciona-se um grupo específico: “principalmente Popis”.

Por fim, a cartografia produzida em meados do século XVIII também apresenta excelentes indícios do conhecimento que a administração colonial detinha sobre a localização de populações indígenas no interior da Capitania. Exemplo disso é uma carta elaborada em 1750, cuja autoria foi atribuída a Ângelo dos Santos Cardoso.<sup>13</sup> Seu principal objetivo era descrever a Capitania de Goiás no intuito de assessorar d. Marcos

<sup>13</sup> Ângelo dos Santos Cardoso foi nomeado secretário de governo da Capitania de Goiás, em 1749, durante o governo de d. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos. Para maiores informações sobre essa carta e a polêmica acerca de sua autoria ver: (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010: 1944-1953).

de Noronha, primeiro governador daquela capitania, que acabara de ser constituída pelo desmembramento de parte do território de São Paulo, em 1749.

Nesta carta, Cardoso indica as localizações onde habitavam diversas populações indígenas de norte a sul da América portuguesa. Nos limites entre as Capitanias de São Paulo e Goiás, por exemplo, o cartógrafo localizou a presença do “Gentio Cayapó”, enquanto na margem direita do rio Pardo, aparecem grupos de “Arica”, “Payagua” e “Aycurú” (Guaicuru).

**Figura 6:** Detalhe da representação de populações indígenas em trecho de uma carta da Capitania de Goiás (1750)..



**Fonte:** [Mapa da capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre a bacia do Prata e do Amazonas]. [1750]. 1 mapa, ms. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

Portanto, quer através dos relatos de viagens, quer pelos itinerários ou ainda pelas cartas produzidas durante o século XVIII, fica evidente que os sertões descritos como “desconhecidos” por João da Costa Ferreira, Wilhelm von Eschwege e Daniel Pedro Müller, não eram tão desconhecidos assim. Tampouco se ignorava a presença das populações indígenas que ali habitavam, sendo já bastante conhecidos os grupos específicos que viviam em cada região.

Destarte, entende-se que a representação desta parte do território paulista como um grande vazio identificado pela expressão “Sertão desconhecido”, carrega significados e mensagens que podem ser compreendidos mais facilmente ao se relacionar esta representação aos interesses das diferentes administrações paulistas do período no que tange às terras indígenas. Para isso, se faz necessário reconstituir, ainda que brevemente, o contexto político e econômico de São Paulo daquela época, especialmente no âmbito das questões ligadas às diferentes práticas e políticas indigenistas que entraram em vigor no período analisado (1758-1845); à integração de São Paulo ao mercado mundial através das lavouras voltadas para a exportação do açúcar; e à complexa problemática da propriedade fundiária em um momento que antecede a regulamentação promovida pela Lei de Terras, em 1850.

#### **As diferentes práticas e políticas indigenistas no século XVIII e XIX (1758-1845)**

A partir de meados do século XVIII, Portugal e Espanha focaram seus esforços na demarcação de novas fronteiras entre seus domínios americanos. A historiadora Iris Kantor lembra que no primeiro quartel deste século houve uma importante mudança na concepção de soberania, que deixou de basear-se na posse virtual de espaços desconhecidos, para firmar-se no conceito de território espacialmente definido e limitado por fronteiras naturais. Essa nova concepção norteou as negociações firmadas nos diferentes tratados de limites territoriais entre Portugal e Espanha a partir de meados daquele século, como os de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777). Assim, o *Uti Possidetis*, princípio jurídico que reconhece a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre uma região, estava na base dessas negociações territoriais (KANTOR, 2007: 70-80).

Portanto, no âmbito da América portuguesa, o meio do século XVIII é um período marcado por um amplo movimento de “reterritorialização da soberania lusa”, como explicou Kantor. (2006: 29-38). Neste contexto, a elevação de núcleos de povoações indígenas a freguesias ou vilas portuguesas desempenhou um papel importante ao servir como instrumento político-administrativo capaz de reafirmar a soberania portuguesa, especialmente em regiões da Colônia limítrofes com territórios de soberania espanhola.<sup>14</sup> Diante deste cenário, a mera presença de populações indígenas,

---

<sup>14</sup> É justamente o que aponta o trabalho de Beatriz Bueno ao afirmar que a intensa política de urbanização verificada nos períodos pombalino e mariano nas regiões dos *confins* entre as potências ibéricas

agora convertidas em súditos do Rei, se tornara imprescindível para que os espaços fossem ocupados e, com isso, a administração portuguesa estendida aos confins.

Não por acaso, a partir de 1750, com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, mudanças significativas foram introduzidas na política indigenista que vinha sendo tocada pela Coroa até então. Tais mudanças foram o primeiro passo de uma série de políticas e práticas que no decorrer de um século, culminou com a assimilação física e social de parte das populações indígenas ao resto da população brasileira, em geral, e paulista, em específico.

Promulgado inicialmente em 1755, o Diretório dos Índios propunha aldear os chamados “bárbaros dos sertões”, transformar esses núcleos indígenas em vilas e lugares com nomes portugueses e, simultaneamente, converter os índios aldeados em vassallos do Rei, sem distinção dos demais. Como destacou Kantor, a promoção civil e outorga de direitos municipais aos aldeamentos indígenas propunha transformá-los em povoações civis dotando esses núcleos com um Senado da Câmara, juízes e vereadores indígenas. Além disso, para cada aldeamento o rei concedeu uma sesmaria adjacente à vila e, assim, pela primeira vez o índio adquiria personalidade jurídica (KANTOR, 2006: 32-33).

Como era de se esperar, no âmbito da política interna a doação de sesmarias aos novos núcleos indígenas criou tensão e conflitos fundiários que opunham os índios aos grandes fazendeiros e posseiros que viam seus privilégios de ocupação das terras ameaçados. Não cabe dúvida que tais tensões contribuíram para levar ao fracasso o Diretório Pombalino, revogado por Carta Régia assinada pela rainha d. Maria I em 25 de julho de 1798.

Para a historiadora Fernanda Sposito, ao revogar o Diretório Pombalino a Coroa pretendia:

[...] eliminar o ‘degrau’ que os índios tinham que enfrentar para chegar à ‘civilização’, tornando-os desde então iguais em direitos aos outros súditos da Coroa, não necessitando, portanto, serem civilizados a priori para serem súditos da rainha de Portugal (SPOSITO, 2012: 59).

Dito de outra maneira, ao igualar em direitos os índios aos demais súditos da Coroa, aqueles poderiam simplesmente ser retirados de suas terras sem que lhes fosse

---

objetivava consolidar a presença portuguesa nos atuais estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. (BUENO, 2009: 300).

oferecida uma contrapartida, além de não poderem mais permanecer em terras que antes lhes haviam sido destinadas, como os aldeamentos (SPOSITO, 2012: 59).

Logo após a revogação do Diretório Pombalino, em 1798, criou-se um “vazio legislativo” que só seria preenchido em 1845, com o “Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos índios” (CUNHA, 2012: 65). No entanto, durante este período foram retomadas várias práticas que vinham sendo empregadas no tratamento das populações indígenas desde o período colonial como, por exemplo, os descimentos dos “índios bravos” dos sertões em aldeias isoladas, a extinção dos patrimônios territoriais das sesmarias indígenas e, como se isso não bastasse, em 1808, logo após a chegada da família real a América portuguesa, d. João VI decretou o restabelecimento de “Guerras Justas” contra os índios considerados hostis, com a permissão do cativo por tempo determinado.<sup>15</sup>

No decorrer da primeira metade do século XIX, especialmente após a Independência, numerosos debates entre políticos e intelectuais sobre o tema indígena na construção do Estado nascente revelam que o assunto estava na ordem do dia. Do ponto de vista ideológico, discutia-se a possibilidade de transformar os indígenas em símbolo nacional, o que só foi possível a partir da construção de uma imagem idealizada do índio. Imagem, aliás, que muito pouco tinha a ver com os reais habitantes dos sertões ou dos aldeamentos indígenas. Estes, apesar de estarem muito presentes no território brasileiro, eram tornados invisíveis ou demonizados (ALMEIDA, 2010: 136-137).

Para o antropólogo John Monteiro, após a chegada da Corte, em 1808, a exaltação do ameríndio tornou-se parte do programa oficial de americanização da Monarquia portuguesa, de modo que a inclusão simbólica – a partir da afirmação de uma identidade americana mestiça – articulava-se de maneira inversamente simétrica às práticas de exclusão das populações indígenas e negras (MONTEIRO, 2001: 112-169).

<sup>16</sup> Assim, diversos intelectuais, ligados ou não diretamente à administração colonial, depois nacional, produziram planos, memórias, mapas, quadros e livros, dentre outros,

---

<sup>15</sup> Dentre os grupos contra os quais o rei autorizara a realização de Guerra Justa, estavam os genericamente chamados de “Botocudos”, estabelecidos nos campos de Guarapuava. Nesta época, estes campos ainda faziam parte do território de São Paulo, uma vez que foi apenas em 1853, através da lei nº 704, de 29 de agosto daquele ano, que a Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, foi elevada à categoria de Província, recebendo a denominação de Paraná, levando consigo a jurisdição sobre as terras e população dos referidos campos de Guarapuava.

<sup>16</sup> Nos capítulos 6 e 7 de sua tese de livre-docência, John M. Monteiro destaca que por trás do debate intelectual sobre as práticas civilizatórias ou modelos de aculturação, havia uma viva disputa sobre o processo de aforamento das terras indígenas e sobre o modo de administrar a mão de obra ameríndia (MONTEIRO, 2001: 112-169).

abordando a questão indígena a partir de uma concepção bastante coerente às políticas e práticas indigenistas tocadas no decorrer da primeira metade do século XIX, tal como apontou Márcia Regina Celestino de Almeida:

Os intelectuais responsáveis pela construção das imagens sobre os índios, assim como os viajantes, cujas descrições contribuíam para reforçá-las comungavam a ideia de assimilar os índios e transformá-los em eficientes cidadãos do novo império. Seus discursos e representações eram coerentes com a política indigenista do século XIX (ALMEIDA, 2010: 141).

São os casos, por exemplo, das memórias e planos de “civilização” e catequese apresentados por José Arouche de Toledo Rendon e José Bonifácio de Andrada e Silva, bem como do mapa de Daniel Pedro Müller, todos estes, intelectuais diretamente ligados à administração provincial paulista. No caso de viajantes ou intelectuais que não estavam diretamente ligados ao aparelho de Estado, podem-se citar os quadros de Jean-Baptiste Debret ou os romances indianistas de José de Alencar, por exemplo. Todas estas, dentro de suas especificidades, revelaram um alinhamento de suas concepções com as práticas e políticas assimilacionistas destinadas tanto aos chamados “bárbaros dos sertões” quanto aos “degradados” dos aldeamentos. Podia haver diferença, entre uns e outros, quanto ao método de assimilação a ser empregado, se mais brando ou mais violento, no entanto, todos apoiavam uma política que se orientasse mais pela “civilização” dos índios. Neste caso, como bem lembrou Carneiro da Cunha, “civilizar” o índio significava submetê-lo às leis e obrigá-lo ao trabalho (CUNHA, 2012: 74).

Não por acaso, a partir da década de 1830, os discursos de muitos dos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já destacavam a importância de se conhecer sobre os índios para “trazer braços ao Império e civilização para os sertões”, como bem destacou Kaori Kodama na terceira parte de sua obra (KODAMA, 2009: 187-282). Boa parte deles, aliás, estava convencida de que o retorno da prática missionária seria o meio mais eficiente de levar a civilização para os sertões (SPOSITO, 2012: 128).

### **O açúcar em São Paulo: novo impulso de conquista e exploração dos sertões**

Se entre os séculos XVI e as primeiras décadas do século XVIII a penetração dos sertões “sempre girou em torno da necessidade crônica da mão de obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas e para o transporte de

mercadorias”, tal como indicou John Monteiro,<sup>17</sup> pouco depois de meados do século XVIII, com a restauração da Capitania de São Paulo, em 1765, este contexto começa a mudar. Com a Metrópole vivendo um momento de crise econômica frente ao esgotamento das minas na América portuguesa, uma das soluções adotadas para atenuar o problema foi o incremento do comércio, da produção manufatureira e da agricultura, especialmente nas colônias. Os novos governadores das capitanias eram instruídos a incentivar a expansão da produção agrária tradicional e a introduzir novos produtos valorizados na Europa.

Com a restauração da Capitania e a posse do novo governador, Luís Antônio Botelho de Sousa Mourão (1765-1775), o Morgado de Mateus, a Coroa incentivava o desenvolvimento econômico da área no intuito de proteger a fronteira Sul da América portuguesa contra os espanhóis e, ao mesmo tempo, esperava que São Paulo se tornasse uma “Capitania dos novos tempos”, que após dois séculos de vida de fronteira, com parte de sua população penetrando em matas e cerrados em busca de índios, pedras e metais preciosos, deveria agora, junto com sua população, integrar o território e a totalidade da América portuguesa, área economicamente integrada aos circuitos mercantis atlânticos, como bem apontou a historiadora Vera Ferlini (FERLINI, 2009: 40-41).

Assim, foi justamente a partir dos esforços do Morgado de Mateus que se iniciou a produção de cana-de-açúcar visando a exportação em São Paulo, tendo os primeiros engenhos se beneficiado do acúmulo de capitais provenientes do comércio de abastecimento que vigorou no período anterior.<sup>18</sup> Para a historiadora Maria Thereza Petrone, dois momentos foram decisivos para a instalação da lavoura canavieira em São Paulo: um em 1765, quando o Morgado de Mateus principia seus esforços para promover a agricultura em busca de transformá-la em “um empreendimento visando ao mercado mundial”; e o outro em 1802, início do governo Antônio José da Franca e Horta, quando a autora considera que a produção de açúcar para exportação na Capitania já se encontra consolidada (PETRONE, 1968, 12-15). Além disso, não se

---

<sup>17</sup> Segundo John Monteiro, as “frequentes expedições para o interior alimentaram uma crescente base de mão de obra indígena no planalto paulista, que, por sua vez, possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando – ainda que de forma modesta – a região a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional” (MONTEIRO, 1994: 57).

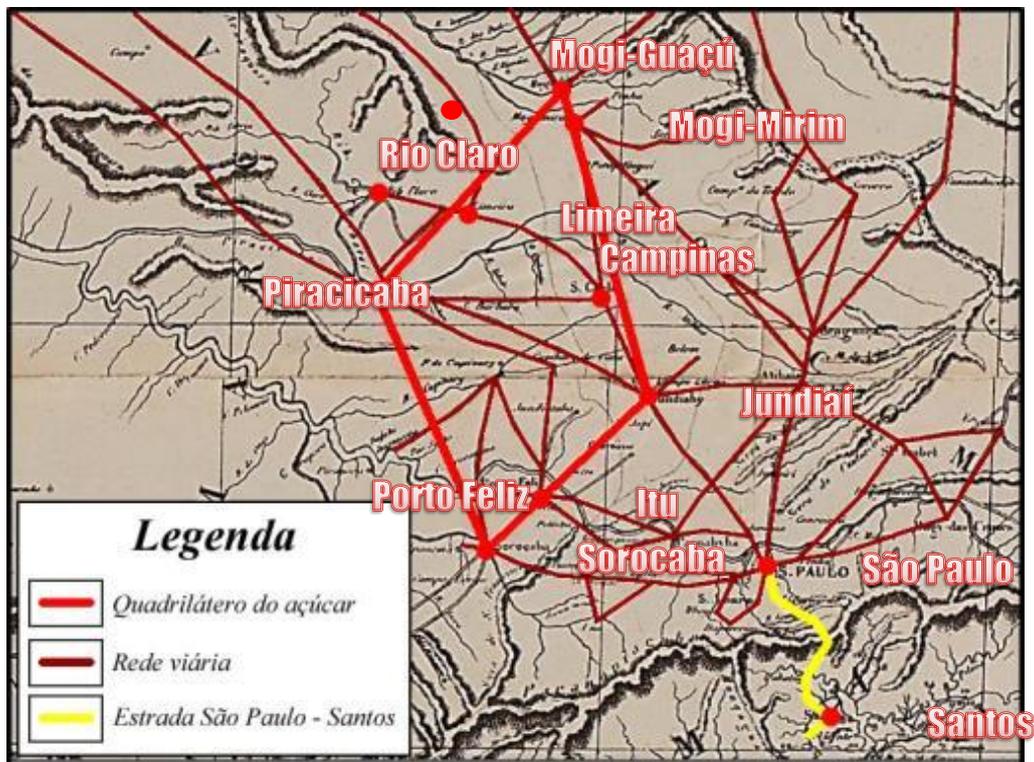
<sup>18</sup> É importante destacar que Maria Thereza Petrone defende que os recursos que originaram o ciclo produtivo do açúcar na região eram originários da própria atividade, isto é, a lavoura canavieira paulista teria autofinanciado seu desenvolvimento (PETRONE, 1968: 21-35). Hipótese que, como sugere Vera Ferlini, não exclui a vinda de alguns capitais de fora, das minas e/ou outras atividades como, por exemplo, o comércio e a arrematação de cobrança das rendas públicas (FERLINI, 2010: 196-197).

pode deixar de ressaltar o impulso dado à produção açucareira nas Capitanias do Sul pelo início da Guerra de Independência na América do Norte, bem como o conflito generalizado no Caribe e no Atlântico com a conseqüente tendência de alta nos preços, a partir da década de 1770 (FERLINI, 2010: 183).

A ocupação da lavoura açucareira em São Paulo se deu em duas regiões: a do Vale do Paraíba e no chamado “quadrilátero do açúcar”, formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí. No Vale do Paraíba, assim como ocorria com o litoral, a configuração da produção estava vinculada ao Rio de Janeiro. Já no “quadrilátero”, os destaques ficavam por conta das produções de São Carlos (atual Campinas) e Itu, que somente no ano de 1818, produziram mais de 200 mil arrobas de açúcar (FERLINI, 2010: 188-190).

A figura a seguir, preparada sobre o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, destaca as principais vilas e freguesias produtoras de açúcar localizadas “serra acima” no momento em que Müller concluiu a elaboração de seu mapa, em 1837. Também chama atenção para a centralidade da cidade de São Paulo dentro do sistema viário provincial, desempenhando o papel de ponto de articulação entre a região produtora, localizada “serra acima”, e o principal porto de exportação, a então vila de Santos.

**Figura 7:** Detalhe das principais vilas/freguesias produtores de açúcar na região conhecida como “quadrilátero do açúcar” em adaptação sobre o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (1841).



**Fonte:** *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 100 x 72 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os engenhos paulistas produziam da forma tradicional, isto é, utilizando vastas extensões de terras novas e grandes reservas de lenha, além da mão de obra do escravo africano. Sobre este aspecto da produção açucareira paulista, os historiadores Francisco Luna e Herbert Klein apontam que o elemento essencial capaz de explicar o dinâmico crescimento da agricultura em São Paulo entre 1750 e 1850 não foi, de modo algum, uma inovação tecnológica, mas sim a grande abertura de terras virgens. Terras que só puderam ser exploradas mediante um grande investimento de fazendeiros na compra de escravos africanos (LUNA; KLEIN, 2005: 20-21).<sup>19</sup>

Cabe recordar que antes da agricultura de exportação, eram raros os escravos africanos na Capitania de São Paulo. Até meados do século XVIII, eram os índios os principais trabalhadores na agricultura, desempenhando um papel fundamental como

<sup>19</sup> Ainda sobre esse assunto, ver também o primeiro capítulo da terceira parte do trabalho de Vera Lucia Amaral Ferlini (FERLINI, 2010: 179-209); ou ainda o primeiro capítulo de trabalho de Maria Lucília Viveiros Araújo intitulado *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos* (ARAÚJO, 2006: 21-53).

carregadores na manutenção da rede de transportes. Os caminhos utilizados pelos índios no transporte das mercadorias eram pouco mais do que uma extensão das velhas trilhas indígenas, tendo esses carregadores sido substituídos por tropas de mulas apenas com o desenrolar do século XVIII (LUNA; KLEIN, 2005: 31-36).

Nesse contexto, verifica-se que a partir de meados do século XVIII a Capitania de São Paulo experimenta uma transição na qual passa de uma economia baseada na cultura de subsistência e de abastecimento interno, com poucas ligações com o mundo exterior e apoiada na exploração da mão de obra indígena, para uma economia baseada na cultura de exportação, apoiada na exploração da mão de obra africana, com o estabelecimento de uma infraestrutura de comunicações mais moderna viabilizando o carregamento das exportações por caminhos onde trafegavam tropas de mula que partiam do planalto paulista em direção à capital e desta ao porto de Santos.

Assim, como aponta o trabalho da historiadora Maria Luíza Marcílio, o século XVIII foi um período de crescimento para São Paulo. Não apenas um expressivo crescimento populacional, mas também econômico, que estabeleceu as bases da prosperidade observada na região já a partir do princípio do século XIX (MARCÍLIO, 2000: 189-193). O incremento da população observado desde o início do século XVIII, o desenvolvimento da pecuária na região Sul da capitania logo nas primeiras décadas do século, assim como o avanço do comércio de abastecimento às Minas e à nova capital, instalada no Rio de Janeiro (1763), possibilitaram o acúmulo de capitais por algumas famílias que, aliado ao incentivo da política mercantilista da Metrópole, aplicada em São Paulo a partir de 1765, culminaram com o desenvolvimento da agricultura de exportação e a conseqüente valorização da propriedade fundiária, especialmente nas áreas onde as monoculturas haviam se instalado, mais especificamente, no chamado “Oeste Paulista” (MARCÍLIO, 2000: 171-188).

Destarte, não é exagero algum afirmar que o desenvolvimento socioeconômico da Capitania de São Paulo e sua conseqüente integração ao mercado mundial, principalmente através da exportação do açúcar, deu início a um novo processo de conquista e exploração de sertões mais distantes, colocando na alça de mira da elite paulista as terras de populações indígenas que habitavam tanto os aldeamentos, como a dos índios que viviam embrenhados nos sertões.

## **Valorização fundiária nas regiões da lavoura de exportação de açúcar em São Paulo**

Como se destacou previamente, com a transição vivida pela Capitania de São Paulo de uma economia baseada na cultura de subsistência e abastecimento interno para uma economia baseada nas monoculturas de exportação, a exploração da mão de obra indígena perdeu espaço frente ao incrível aumento da importação de africanos, utilizados, sobretudo, nas áreas onde se instalaram as lavouras de exportação. Preterida também pelas mulas, que a partir do começo do século XVIII passaram a ter preferência no transporte das mercadorias pela Capitania, a mão de obra indígena começa a se tornar cada vez mais dispensável no decurso daquela centúria. Tais transformações permitem afirmar, junto com Manuela Carneiro da Cunha, que a questão indígena no século XIX passou a ser muito mais uma questão de terra do que uma questão de mão de obra (CUNHA, 2012: 56).

Uma das consequências diretas desta mudança, foi que já a partir da última década do Setecentos, intelectuais e políticos passaram a discutir a questão indígena em termos de se pensar na adoção de uma política geral que adotasse um dos seguintes caminhos no tratamento das populações indígenas: exterminá-las ou civilizá-las, isto é, violência ou brandura (CUNHA, 2012: 57).

Assim, um aspecto que não pode ser ignorado ao se tratar de temas relacionados à questão indígena em conjunto com a representação territorial de São Paulo nos séculos XVIII e XIX, evidentemente, é a questão da propriedade fundiária. Especialmente porque, como bem demonstrou o trabalho de Marcílio, o início do Setecentos registra a penetração da economia monetária na área rural paulista o que, junto com o crescimento demográfico marcante verificado no decorrer do século, o desenvolvimento da criação e comércio de gados na capitania e o abastecimento crescente de novos mercados, como o do Rio de Janeiro, levou a uma maior intensificação da produção agrícola. Esta, por sua vez, culminou com o “desenvolvimento da importância da ligação individual das famílias a terra”, ampliando a noção da propriedade de terras que, no final daquele século, já estava se transformando em mercadoria (MARCÍLIO, 2000: 183).

Muito reveladora, portanto, é a demonstração que esta autora faz de como nas regiões paulistas em que a economia monetária penetrou precocemente, verificou-se um processo mais acelerado de valorização e apropriação individual da terra, casos marcantes da região de Sorocaba, com a criação de gado, do Vale do Paraíba e do chamado Oeste Paulista, ligados à agricultura de exportação de açúcar e café.

Justamente nesses locais foi que se iniciou o processo de cercamento de terras nas paisagens da capitania paulista e, também, de concentração da propriedade fundiária (MARCÍLIO, 2000: 184-187).

Um exemplo curioso de como a administração colonial atuou em relação a populações indígenas diante da valorização de terras em região onde havia se instalado a agricultura para a exportação, foi o caso da criação do aldeamento de Queluz, em 1800. Nesta operação, o governo paulista aldeou índios da etnia Puri que viviam dispersos numa área localizada ao norte da capitania, próxima às divisas com Minas Gerais e Rio de Janeiro, na região do Vale do Paraíba, onde o café já começava a produzir algumas fortunas.

Este aldeamento, São João de Queluz, foi estabelecido no termo da vila de Areias e suas terras “foram divididas entre aquelas suficientes para a manutenção dos índios e para o patrimônio da igreja, tendo por limites os ribeirões das Cruzes e Entupido, que ficavam além do rio Paraíba” (SPOSITO, 2012: 164-166). Apenas três décadas depois, em 1835, com a instalação da Assembleia Legislativa Provincial, os deputados determinaram que as terras dos índios do aldeamento de Queluz fossem “colocadas em hasta pública para quem melhor pudesse dar pelas terras”, justificando tal decisão alegando que os índios não cultivavam as ditas terras e que estas só davam lucros graças à presença da população não indígena que por lá já havia se instalado (SPOSITO, 2012: 165).

Em apenas três décadas, vê-se claramente o mecanismo utilizado pelo Estado para espoliar as terras indígenas: primeiro, reduz-se em um aldeamento uma população indígena que estava dispersa em uma área na qual a administração tinha interesse, liberando aquela área para a ocupação da lavoura; em troca, oferece-se aos indígenas uma pequena porção de terra dentro daquele aldeamento; em seguida, estimula-se a presença de populações não índias nas cercanias, quando não, dentro das próprias terras do aldeamento; extingue-se o aldeamento sob a justificativa de que os índios não cultivam suas terras ou já se encontram mesclados com o restante da população; reverte-se as terras do aldeamento para o Estado, vendendo as mesmas em hasta pública. Conclui-se, assim, o processo que retirou dos índios não apenas a terra em que haviam se estabelecido originalmente, mas até mesmo, as terras que lhes foram oferecidas em troca para serem aldeados.

Como se pode imaginar, a regulamentação jurídica das terras no período, apesar de numerosa, não resolvia os diversos problemas, de modo que conflitos e tensões

apareciam entre os mais diversos agentes sociais: índios, lavradores pobres, fazendeiros, sesmeiros, grileiros, grandes e pequenos posseiros, dentre outros. Até 1822, as terras devolutas eram dadas em sesmarias pela Coroa ou seus representantes. Como informa a historiadora Raquel Glezer, as dimensões das concessões eram variadas, mas de modo geral, “abrangiam de uma a três léguas, simples ou em quadra” (GLEZER, 2007: 58). No entanto, a partir de 1822 extinguiu-se o sistema de concessão de sesmarias na expectativa de que a Assembleia Constituinte decidisse como as terras da Coroa deveriam ser alienadas. Mesmo após ter sido dissolvida a Assembleia e outorgada a Constituição, em 1824, não foi promulgada uma legislação geral que regulasse o estatuto da propriedade da terra, o que só viria a ocorrer com a Lei de Terras, em 1850.

Portanto, no período que se estende entre 1822 e 1850, a única forma legal de aquisição da terra, excetuando-se por herança ou compra, era através da posse ou ocupação pura e simples. Para a historiadora Emília Viotti da Costa, as “posses resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais” (COSTA, 2010: 178). Segundo Maria Luiza Marcílio, o reconhecimento legal da posse do ocupante que cultivava efetivamente a terra significava o “triunfo do colono humilde, do rústico desamparado, sobre o senhor de engenhos de fazendas sob o favor da Metrópole” (MARCILIO, 2000: 187).

Em estudo sobre a região de Itapeva, Dora Shellard Corrêa aponta que no sudoeste paulista, por exemplo, observa-se uma “expansão para o sertão”, justamente a partir da segunda década do século XIX. Estimulados pela legislação, grandes sesmeiros se apropriavam de terras em que grupos indígenas ainda lutavam na tentativa de mantê-las. Apossavam-se dos terrenos nem tanto com o objetivo de produzirem, mas de reservá-lo para uso futuro (CORRÊA, 1997: 59).

Em outra região do “Oeste Paulista”, agora no entorno do rio Paranapanema, a década de 1840 é marcada pelo avanço de criadores de gado sobre as terras dos índios Kaingang. O mapa litografado por Victor Larée em 1847, destacado previamente neste trabalho (figura 5), traz uma legenda posicionada justamente sobre esta região na qual dizia: “terrenos desconhecidos aonde se acham porém algumas fazendas de cria”, como se pode observar no destaque da figura abaixo.



de comunicar que o espaço em questão tinha dono sim, e não eram as populações indígenas que o habitavam, mas a Província de São Paulo, representada por sua Assembleia Legislativa e pelo presidente da Província, não por acaso, instituição que encomendou o mapa, e autoridade a quem a carta foi dedicada, respectivamente.

O objetivo que se pretendia com esta comunicação era o de disseminar a ideia de que a administração provincial detinha o controle de uma vasta quantidade de “fundos territoriais”, segundo a expressão do geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes.<sup>20</sup> Espaços que poderiam ser dispostos pela administração no planejamento da ocupação do sertão segundo os interesses das elites paulistas que detinham o controle político da Província.

Assim, ao analisar a utilização do termo “Sertão desconhecido” na representação cartográfica de Daniel Pedro Müller, não se pode desconsiderar o contexto socioeconômico e político do momento em que o mapa foi elaborado. A dinâmica que impulsionava a expansão da lavoura açucareira para exportação durante as primeiras décadas do século XIX valorizou sobremaneira as terras na região onde aquela cultura havia se instalado, colocando em evidência um grande interesse por parte de fazendeiros e posseiros paulistas na expropriação das terras, tanto dos índios aldeados, quanto das populações indígenas que viviam nos sertões. A Lei de Terras, promulgada em 1850, impulsionaria ainda mais este processo.

Além disso, a representação daquele espaço circunscrito a uma área muito bem delimitada e demarcada dentro dos limites da Província de São Paulo ainda serve como veículo para demonstrar o interesse da administração provincial em garantir sua jurisdição sobre uma área tida como desocupada, mas que, em algumas partes, poderia despertar disputas com Províncias vizinhas. Daí a importância de se imprimir diversas cópias e distribuí-las aos órgãos administrativos da Corte e das demais províncias do Império.

Por fim, ainda cabe lembrar que além de um engenheiro militar a serviço da Província de São Paulo, Daniel Pedro Müller foi um intelectual muito ligado às questões de seu tempo e, assim como outros intelectuais de sua época, estava bastante alinhado com a política indigenista que vigorava no século XIX. Diversas obras

---

<sup>20</sup> Segundo Robert Moraes, os fundos territoriais são as “áreas ainda não devassadas [...], de conhecimento incerto [...] apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Tratam-se dos ‘sertões’, das ‘fronteiras’, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos ‘naturais’. [...] São os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão” (MORAES, 2005: p. 69).

produzidas nesse período, como livros, retratos e relatos de viagens criavam uma imagem idealizada do índio que quase nada tinham a ver com os grupos indígenas que viviam nos sertões ou nos aldeamentos. Os intelectuais não só estavam de acordo com as políticas assimilacionistas da época, mas através de suas obras muito contribuíram para disseminá-las e reforçá-las. Do mesmo modo como um livro de José de Alencar ou um retrato de Debret, não cabe dúvida que o “Mappa Chorographico da Província de São Paulo” também pode ser visto como um artefato que reforça a concepção de que os índios deveriam ser assimilados e transformados em cidadãos do Império. Segundo essa ideia, uma vez assimilados os índios, o Império poderia contar com mais braços, mas não apenas isso. Com a incorporação de suas terras ao Estado, seria possível levar a “civilização” e expandir o Império cada vez mais “para dentro”, como diz o historiador Ilmar Rohloff de Mattos (MATTOS, 2007: 589-608).

## FONTES

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Lisboa: Pascoal da Silva, 1720, v. 7.

[CARDOSO, Ângelo dos Santos]. [*Mapa da capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre a bacia do Prata e do Amazonas*]. [1750]. 1 mapa, ms. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo. Período Monarchico: 1822-1889*. São Paulo: Secção de Obras D' O Estado de S. Paulo, 1926, p. 67.

ESCHWEGE, Wilhelm von. *Mappa da Capitania de São Paulo ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Engº Guilherme, Barão de Eschwege*. 1817. 1 mapa, ms. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, João da Costa. *Mappa Chorographico da Capitania de São Paulo*. In: MUSEU PAULISTA. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

ITINERÁRIO feito desde os confins septentrionais da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, até a cidade de São Paulo, no qual se marcão os pontos de divisão de uma e outra capitania, e os Rios que atravessão o caminho geral da primeira para a segunda, trabalho enviado pelo governador daquela capitania [Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara]. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXI, 1858. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 309-315.

SERTÃO DESCONHECIDO? A REPRESENTAÇÃO DO “OESTE PAULISTA” NO  
*MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO* (1841)

LARÉE, Victor. *Carta Topographica da Província de São Paulo*. 1847. 1 mapa: litografia, 47,0 x 60,0 cm. F. Didot Irmaos, Belin Le Prieur et Morizot: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53024946z/f1.zoom.langPT>>. Acessado em: 20/11/2014.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, 1841. 1 mapa: 100 x 72 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

SÁ E FARIA, José Custódio de. Diário da viagem que fez o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi (1774-1775). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 39, parte I, 1876, p. 217-291.

VILHENA, Luís dos Santos. Recopilação de notícias da Capitania de São Paulo. In: Ernani da Silva Bruno (org.). *Roteiros e notícias de São Paulo Colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 89-137.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, 164p.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006, 223p.

BEIER, José Rogério. Biografia de um mapa: a trajetória do primeiro mapa impresso da Província de São Paulo. (1835-1842). In: *V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. 25 a 28 de novembro de 2013, Petrópolis, p. 1-18. Disponível em <[http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/76/67/resumo\\_beier-jr\\_atualizado\\_1378257808.pdf](http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/76/67/resumo_beier-jr_atualizado_1378257808.pdf)>. Acessado em: 07/07/2014.

\_\_\_\_\_. Um engenheiro militar português em São Paulo: a trajetória de Daniel Pedro Müller e sua contribuição para a transição da engenharia militar para a engenharia civil na província paulista (1785-1841). In: *Revista Navigator*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, 2014, no prelo.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: John Manuel Monteiro; et al. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu, 1984, p. 45-82.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2003, 456p.

\_\_\_\_\_. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 251-294.

\_\_\_\_\_. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 111-153

CAVENAGHI, Airton José. Uma leitura cartográfica da História: a formação territorial da Província de São Paulo durante o século XIX. *Projeto História*. São Paulo, (26), jun. 2003, p. 285-303.

\_\_\_\_\_. *Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*. São Paulo, 2004. 313 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: 1994, p. 127-141.

COSTA, Emilia Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 178.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista nos século XIX. In: \_\_\_\_\_. *Índios no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 54-97.

DERNTL, Maria Fernanda Derntl. *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo (1765-1811)*. São Paulo: Alameda, 2013, 280p.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 237-250.

\_\_\_\_\_. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010, 268p.

GLEZER, Raquel. Chão de Terra. In: \_\_\_\_\_. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, p. 17-134.

HARLEY, J. B. Silencios y secretos: la agenda oculta de la cartografía en los albores de la Europa moderna. In: \_\_\_\_\_. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005, pp.113-140.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História - Movimentos da População em São Paulo no século XVIII. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 1, p. 55-111, dez. 1966. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45622>>. Acesso em: 10 Nov. 2014. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i1p55-111>.

\_\_\_\_\_. Caminhos do extremo oeste. In: \_\_\_\_\_. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 25-87.

KANTOR, Iris. Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto-representação das elites (1759-1822). In: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 29-38.

\_\_\_\_\_. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 23, n. 27, 2007, p 70-80.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009, 336p.

KOK, Gloria. *O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004, 278p. (Estudos históricos; 56).

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005, 280p.

SERTÃO DESCONHECIDO? A REPRESENTAÇÃO DO “OESTE PAULISTA” NO  
*MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO* (1841)

MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (17000-1836)*. São Paulo: Edusp, 2000, 222p.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro. In: CARBÓ, Eulalia Ribeira; VARGAS, Héctor Mendoza; MARTÍN, Pere Sunyer. *La integración del territorio em uma idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946*. México: Instituto de Geografía UNAM, 2007, pp. 589-608.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Rumo a uma “História visual”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005, p. 33-56.

METCALF, Alida C. Vila, reino e sertão no São Paulo colonial. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão e Cultura; Edusp, 1996, p. 419-437. (América: raízes e trajetórias; v. 5).

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1998, 396p.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 312p.

\_\_\_\_\_. *Tupis, Tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e indigenismo*. Campinas, 2001, 235 f. Tese de livre-docência. Depto. De Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 15.

\_\_\_\_\_. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005, 154p.

PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968, 248p.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2012, 292p.

TAUNAY, Affonso d’Escragnole. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. In: MUSEU PAULISTA. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D’EscragnoleTaunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 7.

TOLEDO, Benedito Lima de. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981, 182p.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson Vieira; SCHLEE, A. R.; BARBO, Leonora de Castro. “Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da capitania de Goiás?”. In: *XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia*, 2010, Aracaju. Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial, 2010. v. 1, p. 1944-1953.

Data de recebimento: 31/07/2014

Data de aceite: 25/11/2014